



PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL CONJUNTO SEMED/SEMAS - PSS Nº 001/2015

CADERNO DE PROVAS

CARGO: PROFESSOR PI-L

PROVAS: LÍNGUA PORTUGUESA, CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS, LEGISLAÇÃO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Este caderno de provas contém um total de 20 (vinte) questões objetivas, sendo 5 de Língua Portuguesa, 10 de Conhecimentos Específicos e 5 de Legislação. Confira-o.
2. Esta prova terá, no máximo, 2 (duas) horas de duração, incluído o tempo destinado à transcrição de suas respostas no gabarito oficial.
3. Respondidas as questões, você deverá passar o gabarito para a sua folha de respostas, usando caneta esferográfica azul ou preta, fabricada em material transparente, não podendo usar outro tipo de caneta ou material.
4. Em nenhuma hipótese haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
5. Este caderno deverá ser devolvido ao aplicador, juntamente com a folha de respostas, devidamente preenchidos e assinados.
6. O candidato só poderá se ausentar do recinto da prova após 1 (uma) hora contada a partir do efetivo início da mesma.
7. O gabarito oficial da prova objetiva será divulgado no endereço eletrônico www.betim.mg.gov.br, link Secretarias de Assistência ou Educação, no dia 15 de novembro, a partir de 14h, e publicado no Órgão Oficial do Município de Betim, no dia 17 de novembro de 2015.
8. A comissão organizadora do Processo Seletivo lhe deseja uma boa prova.



**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL CONJUNTO SEMED/SEMAS - PSS Nº 001/2015
CARGO: PROFESSOR PI-L**

Nome do(a) Candidato(a): _____
Nº da inscrição: _____

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir e responda as questões de 1-5.

Aprender é um direito de todos

01/08/2014 02h00

Até o final de 2016, o Brasil deverá construir sua primeira proposta de base nacional curricular comum da educação fundamental e ensino médio, dispositivo que define objetivamente o que se espera que os alunos aprendam nas determinadas fases escolares, segundo o Plano Nacional de Educação, sancionado pela presidente Dilma em junho.

Os recentes avanços, como a universalização do ensino fundamental nos anos 90, a definição, em 2010, da escolaridade de nove anos como obrigatória e a meta de universalização do ensino médio para 2016, reafirmam o direito à educação pública e o dever do Estado de provê-la, mas não garantem o direito de aprendizagem a todas as crianças e adolescentes.

São múltiplos os fatores que determinam as condições de ensino e de aprendizagem. É importante considerarmos, no entanto, que a ausência de uma base curricular tende a agravar esse quadro, ao criar um espaço de indefinições, equívocos e interpretações pessoais que restringem a aprendizagem dos alunos.

Países com bom desempenho em avaliações internacionais possuem um documento nacional especificando o que deve ser ensinado, com variações no grau de detalhamento desses conteúdos, conforme estudo comparativo realizado pela pesquisadora Paula Louzano, que analisou políticas curriculares de diversos sistemas de ensino.

No Brasil, a ausência dessas especificações favorece que as avaliações externas pautem o que deve ser ensinado, mostrando uma inversão no processo de definição das políticas educacionais. Uma política curricular nacional, que estabeleça de forma objetiva e clara o que cada aluno deve aprender em cada etapa do percurso escolar – independentemente de sua origem territorial, social ou cultural –, expressa um projeto de sociedade sustentado no princípio da igualdade.

Construir uma base nacional curricular comum, no entanto, requer alguns pontos de atenção.

O primeiro deles é que os sistemas educacionais tenham a liberdade de complementar a base curricular comum considerando os contextos locais e articulando o projeto de sociedade às aspirações e especificidades regionais.

A definição de objetivos claros de aprendizagem deve também favorecer o controle social das políticas educacionais e o acompanhamento da aprendizagem pelos sistemas educacionais e pelas famílias.

Outro pressuposto é a articulação da base curricular nacional com políticas de formação de professores, inicial e continuada. A indicação clara do que é preciso ensinar é condição para um efetivo planejamento docente e acompanhamento da aprendizagem de cada aluno.

Por fim, para que a base nacional curricular comum expresse um projeto de sociedade mais justo, é fundamental que sua construção envolva uma ampla participação social, com dispositivos que garantam consulta, debate, formulação e validação. Sem isso, o Brasil deixará, mais uma vez, escapar a oportunidade de alçar a educação ao patamar de prioridade nacional de fato.

MARIA ALICE SETUBAL, doutora em psicologia da educação pela PUC-SP, é presidente dos conselhos do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) e da Fundação Tide Setubal.

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opinia0/2014/08/1494090-maria-alice-setubal-aprender-e-um-direito-de-todos.shtml>> Acesso 04 set. 2015.

QUESTÃO 1

De acordo com o texto, o que contribui para a garantia do direito de aprendizagem a todas as crianças é

- A) a universalização do ensino fundamental.
- B) a ampliação do ensino fundamental para 9 anos.
- C) a universalização do ensino médio.
- D) a construção de uma base nacional curricular comum da educação fundamental e ensino médio.

Considere as afirmativas

- I. A construção da base nacional curricular comum deve ser pautada pelas avaliações internacionais.
- II. A base nacional curricular comum favorece o acompanhamento da aprendizagem pelos sistemas educacionais e pelas famílias.
- III. A inexistência de uma base nacional curricular comum possibilita que as avaliações externas exerçam forte influência sobre os currículos.
- IV. A construção de uma base nacional curricular comum impede a flexibilidade dos currículos dos estados e municípios.

QUESTÃO 2

É CORRETO o que se afirma em

- A) I e II, apenas.
- B) I, II e IV, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II, III e IV.

QUESTÃO 3

Está CORRETAMENTE justificada a acentuação da palavra

- A) países - todo I tônico, segunda vogal de hiato, isolado na sílaba, é acentuado graficamente.
- B) até - todo monossílabo tônico terminado em E é acentuado graficamente.
- C) múltiplos - toda proparoxítona terminada em O(s) é acentuada graficamente.
- D) também - toda oxítona terminada em M é acentuada graficamente.

Considere o trecho:

Os recentes avanços, como a universalização do ensino fundamental nos anos 90, a definição, em 2010, da escolaridade de nove anos como obrigatória e a meta de universalização do ensino médio para 2016, reafirmam o direito à educação pública e o dever do Estado de **provê-la**, mas não garantem o direito de aprendizagem a todas as crianças e adolescentes.

QUESTÃO 4

O verbo prover grifado no trecho pode ser substituído, preservando-se as relações de sentido construídas no texto, por:

- A) fornecer.
- B) nomear.
- C) planejar.
- D) implantar.

Considere o trecho:

Por fim, **para que** a base nacional curricular comum expresse um projeto de sociedade mais justo, é fundamental que sua construção envolva uma ampla participação social, com dispositivos que garantam consulta, debate, formulação e validação.

QUESTÃO 5

Preservando as relações de sentido construídas no texto, o articulador grifado pode ser substituído por:

- A) em virtude de.
- B) a fim de que.
- C) devido a.
- D) por conseguinte.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 6

Considerando o processo de avaliação do texto escrito pelo aluno, é CORRETO afirmar que o professor deve

- A) corrigir os erros de grafia de palavras, de pontuação e de repetição de palavras, porque se avalia o domínio da produção do texto escrito pelos acertos das convenções do código.
- B) avaliar a construção do texto atendendo ao que foi solicitado (situação comunicativa, gênero textual) e o registro linguístico adequado à situação de interação.
- C) analisar a capacidade do aluno de escrever e de expor a sequência das ideias apresentadas, independentemente das convenções da escrita.
- D) analisar a organização do texto escrito e os acertos relativos às convenções da escrita, sem ênfase à construção da coerência temática.

QUESTÃO 7

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais de língua portuguesa, no trabalho com a língua falada, o professor deve

- A) priorizar a fala espontânea dos alunos, através de gêneros tais como conversa informal.
- B) enfatizar a construção dos turnos conversacionais no diálogo cotidiano com os colegas.
- C) orientar os alunos para evitarem o uso de marcadores conversacionais (aí, né, etc.) em todas as situações de comunicação.
- D) criar oportunidades para a produção de textos orais de diferentes gêneros e que circulam em esferas discursivas públicas.

QUESTÃO 8

Sobre a aprendizagem da escrita, NÃO é correto afirmar que

- A) envolve um sistema de representação da fala.
- B) envolve a aquisição de um código de transcrição da fala.
- C) envolve questões de ordem conceitual.
- D) consiste num processo de construção de conhecimento por meio de práticas sociais.

Considere as afirmações a seguir sobre o ensino da ortografia

- I. Os erros de grafia devem ser analisados pela professora para planejar atividades variadas, que visem à memorização da escrita de cada palavra.
- II. A análise das produções escritas dos alunos permite importantes informações acerca do que cada aluno já sabe sobre a escrita correta e o que ainda falta aprender.
- III. Os erros de grafia de palavras têm diferentes causas, por isso para superá-los é necessário o uso de diferentes estratégias de ensino.
- IV. É imprescindível que o professor encare os erros cometidos pelos alunos como indicadores das reais necessidades do grupo para, assim, reorientar suas ações pedagógicas.

QUESTÃO 9

Está CORRETO o que se afirma em

- A) II e III, apenas.
- B) I e IV, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

QUESTÃO 10

Em relação à concepção de avaliação, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental

- A) vinculam a avaliação da aprendizagem aos objetivos de ensino, indicando-a como etapa final do processo de ensino escolar.
- B) vinculam a avaliação à ideia de diagnóstico, devendo-se aplicar seus procedimentos apenas na etapa inicial do ano letivo.
- C) preconizam um processo avaliativo com aferição quantitativa, permitindo eleger alunos para recuperação, promoção ou retenção.
- D) entendem a avaliação como conjunto de ações contínuas, intrínsecas ao processo educacional, destinadas a reorientar as intervenções pedagógicas.

QUESTÃO 11

Sobre os conceitos de alfabetização e letramento, só NÃO é correto o que se afirma em:

- A) Alfabetização e letramento são dois processos distintos, mas inseparáveis.
- B) Nas práticas de ensino, o ideal é alfabetizar, letrando.
- C) Os professores deveriam ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita.
- D) Para letrar um sujeito, basta ensiná-lo a estrutura da base alfabética.

QUESTÃO 12

Sobre a Educação Especial, é INCORRETO afirmar que

- A) desde a sua origem, a educação especial se caracteriza por uma perspectiva inclusiva, em que se consideram as necessidades educacionais específicas da criança.
- B) durante muito tempo, a educação especial foi oferecida em instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais, em substituição ao ensino comum.
- C) o projeto pedagógico da escola deve articular a educação comum e a educação especial, buscando atender às necessidades dos educandos.
- D) o trabalho colaborativo entre os professores da sala de aula comum e o da sala de recursos multifuncionais busca promover condições de aprendizagem da criança com deficiência.

QUESTÃO 13

Sobre as salas de recursos multifuncionais, é CORRETO afirmar que

- A) possibilitam diferentes tipos de atividades, como reforço escolar e atendimento a famílias.
- B) são ambientes dotados de equipamentos destinados ao desenvolvimento de projetos nas diferentes áreas do conhecimento.
- C) podem funcionar como laboratório de informática, já que são dotadas de equipamentos de alta tecnologia.
- D) são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado.

QUESTÃO 14

Considere as afirmações sobre a inclusão da criança de 6 anos no Ensino Fundamental.

- I. A inclusão de crianças de seis anos no ensino fundamental requer diálogo institucional e pedagógico entre educação infantil e ensino fundamental.
- II. No Brasil, as grandes desigualdades na distribuição de renda e de poder foram responsáveis por infâncias distintas para classes sociais também distintas; a compreensão do significado social de infância traz implicações para o desenvolvimento de propostas pedagógicas para o ensino fundamental de 9 anos.
- III. As brincadeiras devem ser incluídas no currículo, pois a criança reproduz e representa o mundo por meio das situações criadas, mediante um processo ativo de reinterpretação do mundo, que abre lugar para a invenção e a produção de novos significados, saberes e práticas.

É CORRETO o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II e III.

QUESTÃO 15

Com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Matemática, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Quando o professor consegue identificar a causa do erro, ele planeja a intervenção adequada para auxiliar o aluno a avaliar o caminho percorrido.
- II. As crianças, no primeiro ciclo, trazem consigo uma bagagem de noções informais sobre numeração, medida, espaço e forma, construídas em sua vivência cotidiana, que funcionarão como elementos de referência para o professor na organização das formas de aprendizagem.
- III. No segundo ciclo, os alunos ampliam conceitos já trabalhados no ciclo anterior (como o de número natural, adição, medida), estabelecem relações que os aproximam de novos conceitos (como o de número racional), aperfeiçoam procedimentos conhecidos (contagem, medições) e constroem novos (como cálculos envolvendo proporcionalidade).
- IV. Uma das possibilidades de ensino de Geometria consiste em criar oportunidades para que o aluno perceba e valorize sua presença em elementos da natureza e em criações do homem.

É CORRETO o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) I, II, III e IV.

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 16

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), quando este versa sobre o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, é dever do Estado assegurar

- A) ensino Fundamental opcional e gratuito, até mesmo para os que não tiveram acesso em idade apropriada.
- B) progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade para cursos extracurriculares necessários à formação.
- C) atendimento educacional aos portadores de deficiência, exclusivamente na rede regular de ensino.
- D) acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e criação artística segundo a capacidade de cada um.

QUESTÃO 17

Identificamos que uma instituição de ensino NÃO está de acordo com as diretrizes da LDB (Lei nº 9.394/96) para a educação especial quando constatamos que ela, ao receber estudantes portadores de necessidades especiais,

- A) possui professores capacitados e orientados para a integração desses jovens nas classes comuns.
- B) adota procedimentos para equalizar esses estudantes aos demais de acordo com métodos comuns a todos.
- C) oferece serviços especializados e recursos físicos adequados, buscando atender às necessidades dessa clientela.
- D) adota métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às necessidades desse público.

QUESTÃO 18

Consoante disposição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assinale a alternativa CORRETA.

- A) É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos três anos de idade, no ensino fundamental.
- B) As entidades privadas não estão sujeitas à autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público.
- C) Compete aos Estados e aos Municípios, em regime de colaboração, e com a assistência da União, zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.
- D) O ensino fundamental obrigatório tem por objetivo a formação básica do cidadão e possui duração de 5 (cinco) anos.

QUESTÃO 19

No tocante à autorização para viajar, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que

- A) nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside sem estar acompanhada por ambos os pais ou acompanhada apenas por um, portando autorização expressa do outro, com firma reconhecida.
- B) a autorização dos pais para viagens nacionais será exigida mesmo se a criança estiver acompanhada do avô.
- C) a autorização para viagens no território nacional somente é exigida para crianças, sendo dispensada para os adolescentes.
- D) quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização judicial é sempre indispensável.

QUESTÃO 20

Conforme a legislação educacional em vigor, Lei nº 9.394/96, a educação escolar compõe-se de

- A) educação básica, educação profissional e educação superior.
- B) educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; e educação superior.
- C) educação básica, formada pelo ensino fundamental e médio, e educação superior.
- D) educação de jovens e adultos, educação profissional e educação básica.

